

EDITAL DE HASTAS PÚBLICAS PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS

Processo 0008309-57.2005.8.26.0156
Classe: Assunto: Execução
Parte Ativa MUNICÍPIO DE CRUZEIRO
Parte Passiva NILTON DA ROCHA E OUTRO(S)

EDITAL DE 1ª E 2ª Hastas do bem abaixo descrito e para CONHECIMENTO DE INTERESSADOS, expedido nos autos da ação de Execução Fiscal, PROC. Nº 0008309-57.2005.8.26.0156.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Cruzeiro, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudionor Antonio Contri Junior, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, expedido nos autos das ações de Execução que foram designados o dia e horas adiante mencionados, para realização de **LEILÕES** a cargo do Leiloeiro Oficial EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID inscrito na Jucesp sob o nº 458, e-mail edsonyarid@bigleilão.com.br, devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no átrio do Fórum desta Comarca, situado na Rua Francisco Marzano, 100, Vila Celestina. **O bem é descrito como: Imóvel constituído de UMA SORTE DE TERRAS situada nesta cidade, comarca e circunscrição de Cruzeiro, à Rua João Nunes, na Vila Dr. João Batista, de forma triangular, com a área de 3.000m²., confrontando de um lado com Onofre Alves de Oliveira, de outro lado considerado fundos com o leito do Rio Paraíba e pela frente com a referida Rua João Nunes - cadastrado na Prefeitura Municipal local sob o n. 1.067.0134.001; e devidamente registrado no Livro 02, ficha 01, sob os Rs-1 e 2 da matrícula 8.419, no Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca de Cruzeiro. O referido imóvel ainda pertence, na Escritura Pública a: NILTON DA ROCHA e sua mulher IRENE DA ROCHA; NELSON DA ROCHA e sua mulher ROSANGELA SIQUEIRA DA ROCHA; e NIVALDO DA ROCHA e sua mulher MARIA DO CARMO GONÇALVES ROCHA, mas, segundo o Executado e depositário DOMINGOS SÁVIO GUEDES, o mesmo foi adquirido por Contrato de Compra e Venda em 1998. De acordo com as características do imóvel (terreno plano, com 3.000m², margeando o Rio Paraíba) e sua localização em bairro periférico, é avaliado em R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), em 18/06/2015, às fls. 86. Obs.: 1) Referido imóvel foi dado em pagamento dos débitos da execução (fls 40), em Declaração assinada por todos os envolvidos; 2) o executado DOMINGOS SÁVIO GUEDES e sua mulher CLEONILDA DA SILVA PINTO GUEDES, declarados e reconhecidos adquirentes, tiveram ciência da penhora; 3) eventual regularização dos registros na matrícula, correrão por conta do arrematante; Observando-se que no 1º leilão, não se aceitará lance inferior à avaliação e, que no 2º leilão o bem será arrematado por quem der e o maior lance oferecer, ficando vedado preço vil, assim considerado a critério do Excelentíssimo Juiz, nas datas e sob as seguintes condições:**

1º Leilão:

Abertura on-line: 06/04/2016 às 13:00 hs.

Abertura presencial: 06/04/2016 às 13:00 hs.

Fechamento de ambos: 06/04/2016 às 14:00 hs.*

Lance Mínimo: não se aceitará lance inferior à avaliação.

2ª Leilão:

Abertura on-line: 06/04/2016 às 18:00 hs.

Abertura presencial: 04/05/2016 às 13:00 hs.

Fechamento de ambos: 04/05/2016 às 14:00 hs.*

Lance Mínimo: a quem der e o maior lance oferecer, ficando vedado preço vil (inferior a 80% do valor da avaliação), assim considerado pelo Excelentíssimo Juiz de Direito.

***Os horários dos fechamentos poderão ser prorrogados em virtude de eventual disputa.**

1º Em caso de arrematação a comissão do leiloeiro é de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24 do Decreto nº 21.981 de 19/10/32), a ser paga pelo arrematante diretamente ao leiloeiro, no ato. Ocorrendo adjudicação, 2% (dois por cento), a ser paga pelo adjudicatário, salvo se anteceder ao leilão pela União (Fazenda Nacional), ou sem licitantes no primeiro leilão pelo valor de avaliação, ou ainda, com preferência em igualdade de condições com os demais licitantes, na forma do art. 24 da Lei nº 6.830, de 22/09/1980. Em caso de pagamento, remição ou acordo no período de dez dias úteis que antecedem ao leilão, o executado deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor da reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e ao mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

2º A faculdade de adjudicação dos bens penhorados pelo exequente ou por quem por lei for dada a prerrogativa, deverá ser exercida até 5 (cinco) dias antes da 1ª data designada, por valor igual ou superior à última avaliação; se findo o leilão sem licitantes, até 5 (cinco) dias antes da 2ª data, nos mesmos termos, considerando-se, em ambos os casos o previsto no §2º do art. 685-A, do CPC.

3º É admitido a lançar todo aquele que estiver na livre administração de seus bens, excetuando-se aqueles previstos os itens I a III, artigo 690-A, do CPC.

4º Os bens poderão ser leiloados englobadamente ou em lotes, nos termos do §1º, do art. 23, da Lei nº 6.830/80.

5º Lavrado o auto de arrematação firmado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado, com as ressalvas previstas nos parágrafos 1º e 2º do art. 694, do CPC.

6º Nos autos a que se referem, não consta qualquer recurso pendente de decisão, bem como menção à existência de ônus sobre o(s) bem(ns) penhorado(s) diverso do eventualmente consignado no respectivo Auto de Penhora, cabendo ao interessado a verificação de eventual pendência junto aos órgãos competentes encarregados de seu registro quando for o caso. Da designação supra, o(s) executado(s)/depositário(s) e eventuais credores preferenciais ficarão intimados caso não sejam localizados para intimações pessoais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância ou erro, foi expedido o presente edital que será afixado no local de costume do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.

7º Fica intimado(a) o(a) executado(a) na pessoa de seu(ua) representante legal, na presente Execução.

Nos referidos autos não consta qualquer recurso pendente de decisão, bem como menção à existência de ônus sobre o(s) bem(ns) penhorado(s), exceto aqueles que já constaram especificadamente nos respectivos editais, quando da designação supra, intimado(s) caso não seja(m) localizado(s) para intimação(es) pessoal(ais) e, sobrevindo a arrematação, o pagamento por parte do arrematante deverá ser feito em dinheiro à vista, ou no prazo de três (3) dias, mediante caução idônea. Para apregoar os bens foi designado o leiloeiro EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID – Jucesp 458 que será cientificado. Ressaltado também que, em caso de arrematação, a comissão do leiloeiro, equivalente a 5% (cinco por cento), deverá ser arcada pelo arrematante (art. 23, parágrafo 2º da LEF nº 6.830/80), **sendo que o pagamento será realizado no ato do pregão em moeda nacional corrente, podendo ser representado tal pagamento por cheque, ficando certo que a**

comissão do leiloeiro não comporá o valor da arrematação, não cabendo devolução desta verba, no caso de desistência do arrematante, bem como na possível interposição de embargos à arrematação pelo executado ou terceiros interessados. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Cruzeiro, 25 de janeiro de 2016.

CLAUDIONOR ANTONIO CONTRI JUNIOR

Juiz de Direito

EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID

Leiloeiro